

Alfabetização Bilíngue de Surdos: debates promovidos pela ANPED desde a Lei nº 10.436/2002

Isabela Marinho Menezes*, Lourival José Martins Filho** e Paula Aparecida Diniz Gomides***

Resumo

Analizamos os debates promovidos pelas reuniões nacionais da ANPED sobre a alfabetização bilíngue de Surdos, desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo exploratório e com o uso da revisão bibliográfica como instrumento. Coletamos 31 trabalhos que se articulam perante ao questionamento: quais são os principais temas e discussões abordados pela ANPED em relação à alfabetização bilíngue de Surdos, desde a implementação da Lei nº 10.436/2002, e como esses debates influenciaram as políticas e práticas educacionais para a Comunidade Surda no Brasil? Indicamos a importância do aprofundamento dos estudos na temática, ressaltando a importância da Educação Bilíngue e da formação continuada de professores nesta modalidade.

Palavras-chave: educação bilíngue; comunidade surda; alfabetização bilíngue.

Bilingual Literacy for the Deaf: debates promoted by ANPED since Law No. 10,436/2002

Abstract

We analyzed the debates promoted by ANPED national meetings on bilingual literacy for deaf people, since the promulgation of Law nº 10,436/2002. We carried out qualitative, exploratory research using bibliographic review as an instrument. We collected 31 works that articulate the question: what are the main themes and discussions addressed by ANPED in relation to bilingual literacy for the deaf, since the implementation of Law nº 10,436/2002, and how these debates influenced educational policies and practices for the deaf community in Brazil? We indicate the importance of further studies on the subject, highlighting the importance of Bilingual Education and the continued training of teachers in this modality.

Keywords: bilingual education; deaf community; bilingual literacy.

Alfabetización Bilingüe para Sordos: debates promovidos por la ANPED desde la Ley nº 10.436/2002

Resumen

Analizamos los debates promovidos por los encuentros nacionales de la ANPED sobre alfabetización bilingüe para personas sordas, desde la promulgación de la Ley nº 10.436/2002. Realizamos una investigación cualitativa,

* Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). Chefe de Projetos, lotada na Coordenação Geral de Formação de Professores/DIFOR/MEC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4863-215X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9460212375635089>. E-mail: isabelamenezes@mec.gov.br.

** Professor Titular de Alfabetização e Letramento na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 na área de Política, Planejamento e Avaliação Educacional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8464-7236>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2491699071811572>. E-mail: lourivalfilho@mec.gov.br.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o Grupo de Pesquisa em Alfabetização, Linguagem e Decolonialidade da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4699-4309>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2301779707132368>. E-mail: paulagomides@ufmg.br.

exploratoria, utilizando como instrumento la revisión bibliográfica. Recopilamos 31 trabajos que articulan la pregunta: ¿cuáles son los principales temas y discusiones abordados por la ANPED en relación a la alfabetización bilíngüe para sordos, desde la implementación de la Ley nº 10.436/2002, y cómo estos debates influyeron en las políticas y prácticas educativas para sordos? comunidad en Brasil? Indicamos la importancia de profundizar los estudios sobre el tema, destacando la importancia de la Educación Bilingüe y la formación continua de los docentes en esta modalidad.

Palabras clave: educación bilingüe; comunidad sorda; alfabetización bilíngüe.

INTRODUÇÃO

A educação destinada às pessoas Surdas¹ tem sido alvo de diversas problematizações, sobretudo em face da recente inclusão da modalidade bilíngue na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio da Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 1996; 2021). Contudo, ainda é obscura a forma como essa educação deve se desenvolver, em face de questões como a imposição ouvinte, o apagamento das línguas minoritárias e a imposição cultural, calcada em estigma e preconceito, filiado aos preceitos biológicos e clínicos que denotam a ‘normalização’ das línguas de sinais às orais (Muller; 2013; Souza; Silva; Souza, 2021).

A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas Surdas do Brasil” (Brasil, 2002, Art. 1º). Passados 22 anos dessa prerrogativa legal, cabe uma investigação sobre os principais indícios e desdobramentos da alfabetização de surdos no cenário contemporâneo.

Em vista disso, analisamos os debates promovidos pelas reuniões nacionais da ANPED sobre a alfabetização bilíngue de Surdos, desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002. Questionamos: quais são os principais temas e discussões abordados pela ANPED em relação à alfabetização bilíngue de Surdos, desde a implementação da Lei nº 10.436/2002, e como esses debates influenciaram as políticas e práticas educacionais para a comunidade Surda no Brasil?

Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e, para tal, utilizamos a revisão bibliográfica como principal instrumento de coleta de dados. Elegemos, por

¹ Adota-se o termo Surdo, com inicial em maiuscula para a distinção entre Surdez sob o ponto de vista cultural e identitário, postura adotada pelos pesquisadores, em contraposição à surdez como deficiência (Lane, 1992).

sua reconhecida importância na difusão das pesquisas em Educação, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) como plataforma de pesquisa, para o levantamento de bibliografias que repercutiram a temática entre 2002 e 2023. Analisamos os principais resultados dos trabalhos, por meio dos preceitos de Bardin (2016), com a finalidade de construção de categorias analíticas interessadas em inferir sobre os rumos deste debate.

O presente artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: a primeira seção aborda a alfabetização bilíngue de Surdos, apresentando uma breve contextualização sob a ótica freireana do desenvolvimento das políticas educacionais para Surdos no país. Na segunda seção, debatemos o percurso da pesquisa que enfocou os trabalhos apresentados nas reuniões nacionais da ANPED entre 2002 e 2023. Em seguida, delineamos nossas análises, com base nos pressupostos de Paulo Freire (2004; 2010), considerando três categorias analíticas que refletem as contribuições dos trabalhos analisados.

Alfabetização Bilíngue de Surdos: Educação e Emancipação

A Lei nº 10.436/2002 é considerada um importante marco para a Educação de Surdos em nosso país, uma vez que ela reconhece a Libras como a língua da comunidade surda (Brasil, 2002). Essa lei é resultado de intensas lutas da comunidade à imposição oralista que segregou e silenciou as pessoas Surdas por séculos (Quadros, 2019). A referida lei é apenas a primeira sobre o tema, e estabelece pilares para a conscientização sobre a Educação Bilíngue de Surdos. O Decreto nº 5.626/2005 vem regulamentar essa lei, estabelecendo o ensino de Libras nas licenciaturas e nos cursos de fonoaudiologia (Brasil, 2005).

Para a promoção da modalidade bilíngue, é fundamental a formação de professores que possam ensinar a Libras como a primeira e a língua portuguesa como segunda da comunidade surda, respeitando a cultura e a identidade Surda, além do trabalho com a visualidade, fundamental para a criação de sentidos, relativos às vivências dos estudantes, articulando-os aos conhecimentos escolares (Quadros, 2019; Souza; Silva; Souza, 2021). Essa promoção das vivências é salutar para a expansão da chamada 'leitura de mundo', favorecendo a construção de uma relação de confiança mútua entre os estudantes e os docentes, mediadores dos saberes comunicados (Freire, 2010).

Freire (2004; 2010) nos mostra que a alfabetização deve ser estabelecida com base na pedagogia crítica, enfatizando a conscientização e a participação dos estudantes em sua

própria aprendizagem, tornando-se atores nesta relação que se estabelece com base na mediação empática e não na mera ‘transmissão’ dos conteúdos curriculares. Freire (2004) defende a Educação Libertadora com relações horizontalizadas que transformem as práticas opressivas. Consideramos que a imposição do ouvintismo aos sujeitos Surdos como uma prática opressora sobre a qual carece a compreensão crítica da realidade para sua efetiva transformação:

A pedagogia do oprimido: uma pedagogia que deve ser forjada na luta incansável pela restauração da humanidade, com ele, não para ele, como homem ou nação. Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas, objeto de reflexão dos oprimidos, o que levará à sua necessária participação na luta por sua emancipação, na qual, ela será promulgada e reformulada (Freire, 2004 p. 32).

Considerando as contribuições de Freire (2004) sobre a estruturação dos processos de alfabetização, ressaltamos a importância da conscientização linguística e cultural, valorizando, sobretudo, a Libras como instrumento, com impacto primordial na comunicação e expressão Surda. Por meio da língua, os sujeitos estabelecem relações com o mundo e seus semelhantes, construindo sua própria identidade, ao longo da interação social. A questão linguística tem sido um impasse na socialização desse grupo, causando a segregação, o desestímulo aos estudos e a própria evasão escolar (Muller, 2013; Quadros, 2019).

Desta forma, a Educação Bilíngue deve ser ofertada aos estudantes Surdos desde o nascimento e durante toda a vida, com a disponibilização de todo o aparato indispensável para que a mediação pedagógica se estabeleça, como materiais didáticos e professores bilíngues:

Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior (Brasil, 2021, Art. 60-B).

Além disso, no caso específico dos estudantes Surdos, as instituições de ensino devem “[...] proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura” (Brasil, Art. 78-A, I). Com isso, garante-se a articulação entre os conhecimentos mediados nas escolas e o universo dos estudantes. A escola, como um todo, deve ser um espaço de mútuo acolhimento, e proporcionar vivências pautadas na amorosidade e respeito, com a valorização das

oportunidades e formações coletivas, visando a importância do respeito às diferenças e a interdisciplinaridade (Freire, 2010).

Indica-se, desta forma, a busca pelo *diálogo*, com o encorajamento à livre expressão de ideias, experiências e percepções, potencializando a participação. A promoção de um *ensino contextualizado*, considera a cultura surda e as necessidades de aprendizagem dos estudantes Surdos, favorecendo a inter-relação com as experiências. A promoção de *práticas pedagógicas libertadoras*, que primam pela valorização da identidade Surda, combate preconceitos e estigmas. Estabelecemos um adendo para indicar a *Literatura Surda*, como uma expressão genuína dessa valorização, com obras que enaltecem e encorajam as pessoas Surdas a se entenderem como singulares. Delineamos a seguir nosso percurso metodológico.

Metodologia

Descortina-se uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca compreender, por meio do caráter exploratório, quais são os principais temas e discussões abordados pelas reuniões nacionais da ANPED em relação à alfabetização bilíngue de Surdos, desde a implementação da Lei nº 10.436/2002, e como esses debates influenciaram as políticas e práticas educacionais para a comunidade surda no Brasil? Em função disso, enfocamos a base de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) como a plataforma que potencializou a coleta de dados.

Destacamos o importante trabalho que a associação desenvolve, em prol do setor educacional de nosso país, sua trajetória na difusão de boas práticas de pesquisa, fruto, inclusive, de ações desenvolvidas nas escolas brasileiras. As buscas foram realizadas nos respectivos portais das reuniões nacionais, iniciando-se em 2002, com a 25ª reunião e finalizando com a 41ª, realizada em 2023. Para a coleta, utilizamos os seguintes descritores: “alfabetização e Surdos”, “alfabetização e Surdez”, “letramento e Surdos” e “letramento e Surdez”.

Adotamos a análise dos anais das reuniões nacionais da ANPED, selecionando os trabalhos que dialogam com a alfabetização e o letramento de estudantes Surdos, no recorte de 2002 a 2023.

Quadro 1 – Trabalhos que enfocaram a alfabetização bilíngue de Surdos nas reuniões nacionais da ANPED

Reuniões Nacionais/ ano	Título	Objetivo
25ª - 2002	Alunos surdos na escola inclusiva: ocorrências interativas e construção de conhecimentos	Analisar as ocorrências interativas que alunos surdos estabelecem com seus professores e colegas ouvintes no interior das classes comuns da rede regular de ensino.
26ª - 2004	Diferentes olhares sobre a Surdez e suas implicações educacionais	Analisar as concepções sobre surdez dos segmentos mais diretamente envolvidos na comunidade de uma escola pública para surdos (surdos – alunos e/ou instrutores, professoras e familiares).
	A constituição da linguagem escrita do aluno surdo, na escola regular, à luz da perspectiva sócio-histórica	Verificar a constituição da linguagem escrita do aluno surdo, na sala de aula regular, à luz da perspectiva sócio-histórica.
27ª - 2004	-	-
28ª - 2005	Análise das estratégias e recursos “surdos” utilizados por uma professora surda para o ensino de língua escrita	Analisar a ocorrência da utilização de estratégias e recursos “surdos”, de uma professora surda, no ensino de língua escrita, e descrevê-los.
29ª - 2006	A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais	Analisar sob a ótica dos Estudos Culturais as concepções subjacentes à inclusão, tendo em vista a opinião de alunos surdos que estavam inseridos em salas de aula regulares.
	Narrativa sobre o fazer docente em práticas de letramento com alunos surdos	Direcionar a atenção às narrativas construídas pelas professoras sobre suas experiências na educação dos surdos, mais especificamente, quando se referem às discussões relativas ao ensino-aprendizagem das línguas ali envolvidas e aos tensionamentos dali decorrentes.
30ª - 2007	A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos	Propiciar o desenvolvimento da linguagem das crianças, considerando-se que a maioria chega à escola sem ter tido contato anterior com a Libras ou com experiências restritas nesta língua em seu ambiente familiar e social.
	Educação inclusiva de surdos/as numa perspectiva intercultural	Investigar as relações e interações entre surdos/as e ouvintes numa escola inclusiva, sob uma perspectiva intercultural.
	Alternativas de letramento para crianças surdas: uma discussão sobre o Shared Reading Program	O objetivo de pesquisa para meu estágio pós-doutoral foi o de conhecer o programa Shared Reading in loco. Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de conhecer diferentes experiências de práticas de

		leitura e escrita e tradução para surdos, tendo como princípio a prática discursiva.
31ª - 2008	Tratar de avaliar, tratar de disciplinar: o contexto da avaliação na educação de surdos	Problematizar algumas regularidades discursivas produzidas pelas narrativas de professores surdos envolvidos em práticas pedagógicas no cotidiano de escolas de surdos, ou seja, discursos que funcionam como estratégias de disciplinamento e regulação das condutas de alunos e professores surdos.
	A maquinaria escolar: discursos que inventam verdades sobre os alunos surdos	Demarcar aspectos teóricos e metodológicos que nos possibilitam olhar e extrair de nossos materiais enunciados que quando colocados em relação, podem mostrar não só discursos que descrevem e posicionam os sujeitos surdos na escola, como também (re)afirmam verdades sobre o desenvolvimento lingüístico, cognitivo, social e cultural dos mesmos.
	Intersecções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos	Nossas análises e problematizações inscrevem a educação dos surdos através do olhar desenvolvido pelos Estudos Culturais, especialmente em suas perspectivas pós-estruturalistas, e que influenciaram o surgimento dos Estudos Surdos, no Brasil.
32ª - 2009	Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos	Traz resultados de pesquisa que consideramos relevantes. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida em parceria entre pesquisadores de diferentes instituições federais e particulares de ensino superior do Rio Grande do Sul (RS).
33ª - 2010	-	-
34ª - 2011	A comunicação da pessoa com surdocegueira na escola: desafios e possibilidades	Estudar, entender e discutir as diferentes formas de comunicação de alunos surdocegos, relacionando-as com o seu processo de inclusão em escolas regulares de Educação Básica, da cidade estudada.
35ª - 2012	A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola	Analisar o Programa Educação inclusiva: direito à diversidade, buscando a compreensão dos aspectos constitutivos dessa política, que se configurou, nos últimos anos, como o eixo principal das políticas educacionais voltadas aos educandos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação, em nível das ações federais.
	Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da Língua de Sinais nas Escolas Regulares	Refletir sobre os fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares municipais de Salvador.
36ª - 2013	Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues	Problematizar a escolarização de surdos nas escolas comuns, tendo em vista sua crescente inclusão em instituições regulares de ensino e as poucas pesquisas remetidas a este contexto educacional.
37ª - 2015	Educação escolar bilíngue	Analisar como é constituída a educação bilíngue

	de surdos	nessas escolas, são investigados os Regimentos Escolares e as Propostas Político-Pedagógicas dessas instituições.
	Políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade	Problematizar os discursos que produzem e colocam em funcionamento a educação bilíngue para surdos no cenário educacional brasileiro. Analisamos documentos que orientam as políticas educacionais e linguísticas para surdos no Brasil a partir da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 até o ano de 2014, quando foram produzidos os Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.
38ª - 2017	Instituição escolar: espaço de subjetivação de diferentes modos de ser surdo	Problematizar as práticas pedagógicas produzidas em diferentes espaços/tempos de uma instituição para o ensino de surdos.
39ª - 2019	Problematizando o Decreto nº 9.465/2019: o que muda nas perspectivas da educação de surdos?	Problematiza o Decreto nº9.465, publicado em janeiro de 2019, organizando a estrutura do Ministério da Educação dentro da nova gestão do Governo Federal e que cria a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.
	Cartografando a educação de surdos, deficientes auditivos e surdocegos na região do Caparaó Capixaba/ES Aline de Menezes Bregonci - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Cartografar a educação de surdos, deficientes auditivos e surdocegos na região do Caparaó Capixaba/ES, procurando identificar e problematizar as políticas e práticas da Educação Especial envolvendo este público nas escolas locais inclusivas.
	Surdez e construção social da identidade	Apresentar os resultados de pesquisa que investigou a construção da identidade social de sujeitos surdos, por meio de suas trajetórias, com ênfase nos processos de escolarização e, subsidiariamente, nos de socialização.
40ª - 2021	O surdo nos discursos do currículo: quem é este sujeito?	Estudou-se documentos curriculares de três escolas de surdos no estado do Rio Grande do Sul, a fim de interrogar que modos de ser surdo estão sendo produzidos nos discursos do currículo.
	Fazer cinema na educação bilíngue de surdos e surdas	Compreender a 'educação do olhar' no campo da educação bilíngue de pessoas surdas.
	Surdocegueira no espaço escolar: potências da différence	Aborda a configuração dada à terminologia e a alguns aspectos da legislação relacionada à surdocegueira, a partir do pensamento derridiano de différence, articulando-os ao processo de ensinar e incluir.
	Narrativas surdas na pós-graduação: alfabetização e letramento em foco	Analisar narrativas surdas sobre processos de alfabetização e letramento no contexto escolar produzidas em dissertações e teses de pesquisadores

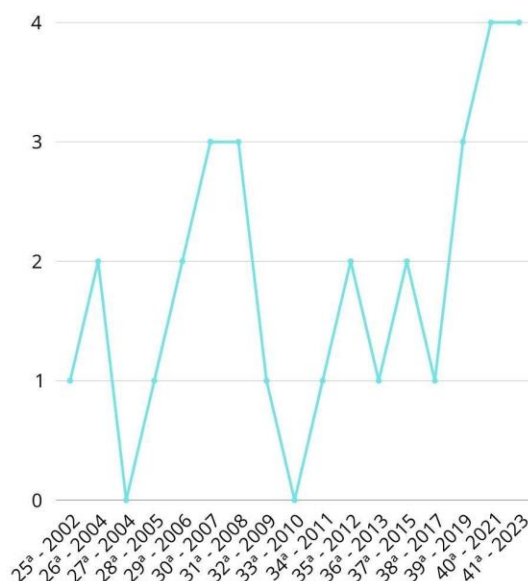
		surdos.
41ª - 2023	O que faz da escola de surdos uma escola?	Analisar a constituição das escolas para surdos nos dias atuais.
	Princípios legais da Educação Bilíngue de surdos no Brasil	Analisar os princípios linguísticos que sustentam a prerrogativa legal da educação bilíngue de surdos no Brasil.
	A Libras como construção linguística e identitária: a tradução cultural no sinalário “amazonês” para surdos	Criar e sistematizar um sinalário com termos referentes à fala do amazonense, bem como aos sinais relacionados à cultura e às artes na cidade de Manaus, termos estes que surdos, também, empregam em seu cotidiano.
	Educação, surdez e o mito da modernidade	Caracterizar o modelo excludente e colonizador que atuam sobre formas heterônomas de identidades surdas e (b) investigar o enquadramento das análises sobre o ouvintismo nas figuras do Mito Moderno de Dussel (1993).

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Como enfoca o quadro 1, foram coletados 31 trabalhos, com temáticas próximas dos objetivos de nosso interesse de estudo. Destacamos que são incipientes as abordagens que enfocam diretamente a Educação Bilíngue de Surdos, justificando a importância de mais trabalhos e divulgação de experiências positivas. Os Grupos de Trabalho (GTs) nos quais a coleta foi realizada foram o GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita e o GT 15 - Educação Especial. Destacamos que todos os trabalhos coletados corresponderam ao GT 15, suscitando questões sobre a importância do aprofundamento das pesquisas sobre alfabetização, leitura e escrita de Surdos.

Conforme pode ser notado na apresentação do gráfico a seguir, o interesse nos trabalhos que enfocam a alfabetização bilíngue de Surdos parece coincidir com as diferentes políticas desenvolvidas para esse público. Percebem-se as movimentações, que podem ser atribuídas à publicação das normativas Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 14.191/2021. Contudo, nota-se o baixo número de trabalhos e as oscilações na priorização do tema nas diferentes reuniões realizadas.

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhos sobre a alfabetização bilíngue de Surdos nas reuniões nacionais da ANPED



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A leitura e interpretação dos estudos debatidos nas reuniões da ANPED foi oportunizada pela Análise de Conteúdo de Bardin (2016), considerando três fases principais: i) pré-análise, com a definição dos objetivos da pesquisa e a sistematização dos procedimentos de coleta de dados; ii) exploração do material, com a construção de categorias analíticas que viabilizem o agrupamento dos trabalhos segundo as temáticas básicas; e iii) tratamento dos resultados, com a interpretação e inferência dos padrões identificados, discutindo significados e implicações dos fenômenos estudados.

Com base em nosso processo de seleção e leitura do material, indicamos a construção de três categorias analíticas, debatidas na seção seguinte: i) interatividade e relações escolares; ii) concepções e percepções sobre a surdez; e iii) práticas pedagógicas e linguísticas. Cada uma dessas categorias é apresentada na seção seguinte, e são orientadas pelos preceitos de Bardin (2016) sobre a Análise de Conteúdo.

Reuniões nacionais da ANPED e a Educação Bilíngue de Surdos

Apresentamos nosso breve panorama das pesquisas socializadas nas reuniões nacionais da ANPED, desde o reconhecimento da Libras como a língua da comunidade surda brasileira, em 2002 pela Lei nº 10.436/2002. Conforme apresentado na seção metodológica,

indicamos três categorias básicas, após a leitura das comunicações e sistematização, conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2016): i) interatividade e relações escolares; ii) concepções e percepções sobre a Surdez; e iii) práticas pedagógicas e linguísticas.

Interatividade e relações escolares

Nossa primeira categoria engloba os trabalhos que enfocaram a análise das interações estabelecidas entre os alunos Surdos e os professores, e colegas ouvintes, ressaltando sua importância para a inclusão nas escolas comuns. Esses trabalhos enfocam a maneira como as interações são estabelecidas e seus desafios, visto que a Libras permanece como uma língua minoritária, permeada por estigma, quando as escolas se defrontam com os estudantes Surdos (Quadros, 2019).

A interação é considerada pressuposto da pedagogia freireana, uma vez que é no contato com o outro que podemos construir nossa identidade, criando uma relação de pertencimento em diferentes ambientes sociais. É por meio do diálogo, com a adoção de uma postura de mediação, que o conhecimento pode ser produzido, favorecendo um ensino mais contextualizado e significativo. Nota-se, por exemplo, em Tartuci (2002), a realização de atividades de forma mecânica, pautadas na reprodução, fruto de um possível desinteresse da escola pela promoção de práticas educacionais emancipatórias.

Em geral, constroem-se alguns signos, culturalmente estabelecidos para que as comunicações em grupo sejam realizadas, mas de forma precária e limitada ao parco repertório gestual dos estudantes ouvintes. A linguagem é apontada como um dos principais impasses comunicativos. A presença dos intérpretes de Libras é reconhecida, mas deve acompanhar outras modificações, como o envolvimento de todos os participantes do processo comunicativo nas interações (Pedreira, 2007).

Concepções e percepções sobre a Surdez

A segunda categoria inclui as diferentes concepções sobre a Surdez em diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando a forma como esses alunos são concebidos socialmente pelos demais membros da comunidade. O desconhecimento sobre a Surdez, a cultura e a identidade Surda dificulta a adaptação do ensino às potencialidades dos estudantes Surdos, influenciando o seu desenvolvimento, inclusive, na esfera linguística.

O trabalho de Dorziat (2004) evidencia o desconhecimento de nossa sociedade sobre a Surdez, sem o reconhecimento da diversidade linguística e cultural da comunidade surda. Esse estigma é reproduzido na forma como o ensino se desenvolve, de forma pragmática e voltada à ‘normalização’ dos Surdos à maioria ouvinte. Em geral, a presença da Libras se limita ao contato entre os estudantes Surdos e seus intérpretes, demarcando a subalternidade, ou, como Freire (2004) afirma, opressão, em relação aos Surdos.

A visão assistencialista está diretamente relacionada aos instrumentos opressivos, por meio “de uma formação castradora e uniformizadora, que contribuiu para limitar o crescimento e a cidadania desses indivíduos” (Dorziat, 2004, p. 15). Desta maneira, cabe a resistência às práticas pedagógicas sedimentadas e embutidas em uma visão sobre a Surdez como algo que falta, pelo viés da ausência. O reconhecimento de sua língua, identidade e cultura em todos os espaços sociais é fundamental para a sua emancipação e busca da reflexão crítica que potencializa a transformação dessa realidade (Freire, 2004; 2010).

Práticas pedagógicas e linguísticas

Em nossa terceira categoria, elencamos alguns trabalhos que enfocaram práticas pedagógicas utilizadas, principalmente, por professores Surdos, estimulando também a importância da presença deles para um contato mais efetivo Surdo-Surdo, favorecendo a aprendizagem.

O trabalho de Oliveira (2004) mostra os desafios no desenvolvimento linguístico dos alunos Surdos, indicando a pluralidade linguística desses sujeitos e seus diferentes níveis de desenvolvimento na Libras, algo que influencia a aprendizagem da segunda língua. Os estudantes Surdos desenvolvem algumas estratégias próprias para lidarem com as atividades, desde recursos imitativos, até os procedimentos mentais mais apurados, como a internalização das regras gramaticais básicas para a composição dos textos. Faz-se necessária a busca por uma educação mais dialógica, com o uso de recursos mais interativos.

Por sua vez, Lebedeff (2005), ao apresentar as estratégias utilizadas por uma professora Surda, enfoca a importância da fluência na Libras, com a oferta da formação continuada aos docentes, com a criação de um ambiente linguisticamente diverso. A contextualização dos conteúdos e a devida articulação da alfabetização às vivências dos

estudantes contribuem com práticas pedagógicas mais inclusivas. A utilização de uma língua comum promove a confiança entre professor e alunos Surdos, contribuindo para o aumento da auto-estima e engajamento.

Por sua vez, em um trabalho mais recente, Vieira-Machado e Vieira (2017) investigou os processos de apropriação linguística de um estudante Surdo em um Centro de Apoio ao Surdo (CAS). A pesquisa enfoca um processo que leva à oralização do aluno, refletindo o ideário presente desde a construção da instituição. As políticas de valorização da Libras como instrumento linguístico influenciaram mudanças nos cursos oferecidos, passando pela valorização da subjetividade Surda e com foco na visualidade para o desenvolvimento das atividades educativas. Discute-se o impacto dessas políticas na forma como a educação inclusiva é conduzida nas escolas, considerando diferentes contextos.

Finalizamos nossa seção analítica indicando que, para a busca de uma aprendizagem significativa para os estudantes Surdos, é salutar que as legislações que se ocupam de seus interesses sejam cumpridas. A aprendizagem da língua portuguesa não pode ocorrer sem um devido ferramental constituído em sua L1, a Libras. Para tanto, cabe a criação de oportunidades pedagógicas pautadas no desenvolvimento linguístico desses estudantes, articulando ambas, quando já houver um *corpus* suficientemente constituído. “[...] os alunos estão se tornando os verdadeiros agentes da construção e reconstrução do conhecimento ensinado, juntamente com os educadores do processo” (Freire, 2010, p. 26).

Cabe uma formação contínua e coletiva, pautada na amorosidade e emancipação dos estudantes, pela conscientização crítica. Para que isso ocorra, as práticas de ensino e aprendizagem devem se pautar no respeito e apropriação das singularidades linguísticas dos estudantes Surdos, potencializando o empoderamento e a promoção de um ensino de qualidade. Apesar de importantes para o delineamento de muitas reflexões, cabe o aprofundamento da temática não apenas nos eventos realizados pela ANPED, mas por outras associações que possam articular a alfabetização e a educação bilíngue de Surdos. Seguimos para alguns apontamentos finais.

Apontamentos Finais

Para fechar nossa argumentação, retomamos o objetivo principal da pesquisa: analisar os debates promovidos pelas reuniões nacionais da ANPED sobre a alfabetização

bilíngue de Surdos, desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002. Percebemos que um longo caminho legislativo foi traçado nos 22 anos que seguiram à referida lei. Para tanto, construímos três categorias analíticas: i) interatividade e relações escolares; ii) concepções e percepções sobre a Surdez; e iii) práticas pedagógicas e linguísticas, que nos auxiliaram na compreensão das tendências enfocadas.

É perceptível que a Lei nº 10.436/2002 promoveu intensas problematizações, endossando ainda mais a luta por reconhecimento e valorização da cultura e identidade Surda. Nesta esfera, a ANPED é fundamental, uma vez que promove um debate, oportunizando reflexões críticas que podem melhorar as práticas de ensino e aprendizagem. Notamos que a predominância dos trabalhos se encontram vinculados ao GT15, voltado à Educação Especial, reforçando a importância da inclusão do debate no GT10, destinado à Alfabetização, Leitura e Escrita.

Em 22 anos foram apresentados e publicados 31 trabalhos voltados à alfabetização bilíngue de Surdos nas escolas comuns. Em função do tempo, consideramos que o enfoque da temática no evento ainda é incipiente. Suplantados por Paulo Freire, reforçamos a importância da problematização crítica da educação de Surdos, com acesso pleno e a intensificação da interação e busca da valorização das singularidades linguísticas desses estudantes. A formação continuada e a construção de materiais didáticos visuais repercutem em um ensino bilíngue de Surdos mais democrático e crítico.

Como agenda de pesquisa, destaca-se a necessidade de estudos que examinem práticas concretas de alfabetização bilíngue em diferentes redes de ensino, bem como investigações avaliativas sobre a implementação das políticas recentes de Educação Bilíngue de Surdos no país. A produção e a circulação de materiais didáticos visualmente orientados, articulados à Libras como L1 e ao português escrito como L2, configuram-se como caminhos promissores para a construção de uma escola mais democrática e emancipada para os estudantes Surdos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1. Acesso em: 15 jun. 2024.

DORZIAT, Ana. Diferentes olhares sobre a surdez e suas implicações educacionais. **Anais da 26ª Reunião Nacional da ANPED**. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LANE, Harlan. **A máscara da Benevolência**. A comunidade Surda Amordaçada. Coleção Novos Horizontes Pedagógicos. Tradução: Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget. 1992.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Análise das estratégias e recursos “surdos” utilizados por uma professora surda para o ensino de língua escrita. **Anais da 28ª Reunião Nacional da ANPED**. 2005.

MULLER, J. I. *et al.* Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. **Nonada: Letras em Revista**, v. 2 n. 21. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451671022.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida de. A constituição da linguagem escrita do aluno surdo, na escola regular, à luz da perspectiva sócio-histórica. **Anais da 26ª Reunião Nacional da ANPED**. 2004.

PEDREIRA, Silvia Maria Figueiro. Educação Inclusiva de Surdos/as numa perspectiva intercultural. **Anais da 30ª Reunião Nacional da ANPED**. 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT15-3014--Int.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, Coleção Linguística para o Ensino Superior. 2019.

TARTUCI, Dulcinéria. Alunos surdos na escola inclusiva: ocorrências interativas e construção de conhecimentos. **Anais da 25ª Reunião Nacional da ANPED**. 2002.

SOUZA, A. A. N.; SILVA, V. A. da.; SOUZA, R. de C. S. Interculturalidade e inclusão: uma crítica às políticas de inclusão de surdos no Brasil. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. Esp, p. 267–281, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12051>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. Instituição escolar: espaço de subjetivação de diferentes modos de ser surdo. **Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED**. 2017.

Recebido em: *Outubro/2024*.

Aprovado em: *Outubro/2025*.